

À PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS.

## **CONTRARRAZÕES**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2022**

**Processo nº 202100010054420**

**ASSOCIAÇÃO MATERVITA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.721.001/0001-03, com sede na Rua 04, nº 338, Quadra 55 – Lote 103, Sala 11, Setor Central, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.020-060, por intermédio de seu Advogado e bastante Procuradores infra-assinado (M. J.), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar, com amparo no Item 7.4 do Instrumento de Chamamento Público 005/2022, **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

### **I. DA TEMPESTIVIDADE:**

Os recursos interpostos foram disponibilizados no site da SES/GO no dia 24/11/2022, logo, com amparo no Item 7.4 do Edital de Chamamento Público nº 005/2022 (Processo nº 202100010054420), as CONTRARRAZÕES apresentadas pela ASSOCIAÇÃO MaterVITA devem ser consideradas, nos termos legais, como tempestivas, vez que foram protocolados dentro do prazo limite definido, qual seja, (30/11/2022 – quarta-feira).

## II. DAS CONTRARRAZÕES:

A Comissão Interna de Contrato e Gestão de Serviços de Saúde, acertadamente, após analisar a documentação contida no ENVELOPE 01, proferiu o Resultado Preliminar nos seguintes termos:

### **HABILITADAS:**

1. ASSOCIAÇÃO MATERVITA
2. INSTITUTO PATRIS

### **INABILITADAS:**

1. ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE – AGIR
2. INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH
3. INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO
4. INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO

Entretanto, apesar da Habilitação da Associação Matervita estar em plena conformidade com o edital, as concorrentes IGH e PATRIS interpuseram Recurso Administrativo por erroneamente discordarem do resultado, pleiteando a sua inabilitação.

Todavia, conforme será demonstrado em linhas alhures, o resultado preliminar que habilitou a Associação Matervita deverá ser mantido.

## **A) INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR COMPARTILHADA – IBGH:**

O Recorrente apresenta diversos apontamentos, **suscintos e genéricos (sem qualquer previsão legal)** com a intenção de inabilitar a Recorrida, contudo, o Recurso

trata-se de ato meramente protelatório, o qual deverá ser desconsiderado na sua INTEGRALIDADE, senão vejamos:

### **A.1) BALANÇO PATRIMONIAL: AUSÊNCIA DE AUDITORIA EXTERNA e DEMONSTRAÇÃO CONTABIL NO DIARIO OFICIAL**

O Recorrente, inicialmente, alega que o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício não representam o contexto operacional relativo ao exercício correspondente do ano de 2021 (???), bem como, que as demonstrações contábeis não passaram por auditoria externa para que os interessados pudessem ter confiabilidade dos números apresentados.

Desta feita, o Recorrente pugna pela inabilitação da Recorrida em razão de supostamente ter deixado de cumprir com o requisito de qualificação econômico-financeira disposto no item 5.3, alínea “i” do edital. *Verbis*:

*5.3. ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: deverá conter, em original ou cópia (observando-se o artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 13.726/18), os seguintes documentos, obedecida a seguinte ordem:*

*(...)*

***i) Cópia autenticada ou extrato de balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.***

***i.1) O referido balanço, quando escriturado em forma não digital, deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando, obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.***

***i.2) O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”, apresentando, se possível, termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.***

***i.3) A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, a ser formulada, formalizada e apresentada pela proponente, e***

*assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:*

$$ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$$

$$ILC = (AC) / (PC) \geq 1$$

$$ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$$

*Em que:*

*ILG = Índice de Liquidez Geral*

*ILC = Índice de Liquidez Corrente*

*ISG = Índice de Solvência Geral*

*AT = Ativo Total*

*AC = Ativo Circulante*

*RLP = Realizável em Longo Prazo*

*PC = Passivo Circulante*

*ELP = Exigível em Longo Prazo*

**i.4) As instituições que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, estarão inabilitadas do presente certame.**

**i.5) As instituições constituídas no ano em exercício deverão apresentar o Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido na alínea “i” e subalíneas “i.3” e “i.4” acima.**

[grifos e destaques inseridos].

Conforme depreende-se do item supracitado (item 5.3 – alínea “i”), contrapondo a alegação formulada pelo Recorrente, a Recorrida está em conformidade com o edital, haja vista, ter apresentado resultado maior que 01 (um) em TODOS os índices citados no item 5.3, alínea i do edital (**Fls. 60 – 67, do ENVELOPE 01**), e ser essa a exigência editalícia.

Em relação a auditoria externa, no atual cenário da Associação MaterVita é desnecessário a realização do procedimento.

Destarte, tendo a Recorrida cumprido com a exigência do “item 5.3, alínea i do edital” comprovando a sua capacidade econômico-financeira, requer, indeferido o referido apontamento.

## A.2) GRAU DE PARENTESCO ENTRE MEMBROS DA OS's:

Em continuidade ao seu Recurso, o Recorrente com o intuito de inabilitar a Recorrida, argumenta que existem membros com grau de parentesco entre si.

Preliminarmente, cabe relatar que a **Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde no Chamamento Público nº 03/2022 – Processo nº 202000010037536**, decidiu, ao julgar o mesmo questionamento – dirigentes membros de OS com grau de parentesco, que: ***“A Lei 15.503/2005 não veda que sua entidade possua, dentre seus dirigentes, membros com grau de parentesco entre si, não havendo que se falar em nepotismo no âmbito institucional da própria entidade, que possui natureza privada”***.  
[Grifos e destaques inseridos]. Vejamos:

**ASSOCIAÇÃO MATERVITA:**

Inicia a recorrente apontando os 03 (três) requisitos listados no resultado preliminar que ensejaram a sua inabilitação:

- 1) *Apresentou ata de recomposição do Conselho de Administração, contudo não apresentou ata de eleição de 5 (cinco) dos atuais membros, apenas alegando que "as 10 (dez) vagas preenchidas" de modo que não atendeu o disposto editalício, quanto a apresentação de ata do atual conselho. Calha ressaltar, que se a composição atual se deu em duas ou mais atas, deveriam todas serem trazidas, a fim de se demonstrar toda a eleição do atual Conselho de Administração.*
- 2) *Ademais, a Diretoria Executiva demonstra grau de parentesco em confronto com o §3º Art. 21 do Estatuto Social da concorrente, bem como da própria Lei 15.503/2005*
- 3) *Declaração de visita Técnica não validada pela unidade.*

Afirma tratar-se a decisão da Comissão equivocada em razão de as supostas irregularidades relacionadas a questão documental – apresentação das Atas de eleição de todos os membros do Conselho de Administração e Declaração de Visita Técnica válida, constarem no envelope 01, conforme previsto no Edital e que a justificativa relacionada a composição da Diretoria Executiva – existência de membros com grau de parentesco, prevaleceria o entendimento de que a Organização Social (Terceiro Setor) é uma personalidade jurídica de natureza PRIVADA, portanto, a vedação prevista no §1º da Lei 15.503/05 não é aplicável ao caso em questão.

No que se refere a ausência da apresentação da ata de eleição de 5 (cinco) dos membros, conforme apontado por essa Comissão, **razão assiste ao recorrente** tendo em vista que ao final **destes** autos, é juntada a Ata ocorrida em 14/10/2019, atendendo o pleiteado que é a demonstração da eleição de todo o atual Conselho de Administração.

Com relação ao grau de parentesco apontado e ensejador da inabilitação, a recorrente alega que a lei não veda grau de parentesco entre seus dirigentes.

Ocorre que a a situação fática agora encontrada não é de parentesco entre dirigentes e sim de parentesco entre dirigentes e membros do Conselho de Administração, conforme demonstra o documento de fls. 23 onde percebe-se que o senhor Fábio Antônio Curado Azevedo, membro do Conselho de Administração é filho do Senhor Geraldino José de Azevedo que ocupa o cargo de Superintendente Multiprofissional o que fez com que essa Comissão entenda-se inicialmente por sua inabilitação.

Todavia, de fato, nem a Lei 15503/2005, nem o Estatuto da recorrente trazem vedação em haver grau de parentesco entre membros da diretora e Conselho de Administração, **motivo pelo qual lhe assiste razão neste ponto.**

Com relação a Declaração de Visita Técnica, conforme acima exposto por essa Comissão, o carimbo do representante que guiou a visita, é suficiente para produzir efeitos, assistindo-lhe razão neste ponto.

Desta forma, pelas razões expostas, decide-se pela sua **habilitação.**

Goiânia, 28 de março de 2022.

Layany Ramalho Lopes Silva	<i>Layany Ramalho Lopes Silva</i>
Crystiane Faria dos Santos Lamaro Frazão	<i>Crystiane Faria dos Santos Lamaro Frazão</i>
Keuly Karla Barbosa Costa	<i>Keuly Karla B. Costa</i>
Lívia Costa Domingues do Amaral (em gozo de férias)	
Murilo Lara de Faria	<i>Murilo Lara de Faria</i>

A interpretação equivocada de que a Lei 15.503/2005 veda a contratação de membros do mesmo grupo familiar está diretamente ligada a Súmula Vinculante 13<sup>1</sup>,

**1 Súmula Vinculante 13:**

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na **administração pública direta e indireta** em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. (Grifamos)

editada pela Suprema Corte, a qual incumbida de zelar pela constituição e impedir o nepotismo, vetou a contratação de membros com grau de parentesco na **administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

No entanto, as Organizações Sociais (OS) que compõe o Terceiro Setor são entidades **PRIVADAS**<sup>2</sup>, sem fins lucrativos, e com personalidade jurídica própria, constituídas na forma de associações ou fundações, logo, não há que falar-se em vedação da contratação de membros com grau de parentesco e/ou na aplicação da Súmula Vinculante 13.

Destaca-se que, a Súmula Vinculante 13 aplica-se aos casos de ocupação de cargos de livre nomeação e exoneração, o que, evidentemente, não ocorre no Terceiro Setor, pois não há que se falar em nomeação na iniciativa privada.

Neste sentido, a Lei Estadual nº 15.503/2005 prevê em seu art. 3º, § 1º, a vedação de vínculo de parentesco, contudo, nos mesmos moldes que a Lei federal, ou seja, não há qualquer previsão de proibição de vínculo de parentesco entre os dirigentes da organização social, vejamos a redação:

Art. 3º (...)

---

**2 Lei 10.406/02 - CÓDIGO CIVIL:**

Art. 44. **São pessoas jurídicas de direito privado:**

I - As associações;

II - As sociedades;

III - As fundações.

IV - As organizações religiosas;

V - Os partidos políticos.

VI - (Revogado Pela Medida Provisória nº 1.085, de 2021)

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.

§ 1º É vedada a participação, no Conselho de Administração e em diretorias da entidade, de cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, **do Governador, Vice-Governador, dos Secretários de Estado, Presidentes de autarquia ou fundação, Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais, membros do Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios** e, ainda, **dos integrantes do quadro de direção de quaisquer outros órgãos da Administração direta e indireta**, nesta compreendidas as empresas estatais, todos do Estado de Goiás. (Grifamos)

Analisando o texto de lei, conclui-se que o IMPEDIMENTO é **exclusivamente** quanto a PARTICIPAÇÃO de “de cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau” das seguintes pessoas “do Governador, Vice-Governador, dos Secretários de Estado, Presidentes de autarquia ou fundação, Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais, membros do Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios dos integrantes do quadro de direção de quaisquer outros órgãos da Administração direta e indireta, nesta compreendidas as empresas estatais, todos do Estado de Goiás”, e somente nesses casos – grau de parentesco com os impedidos supracitados, é vedado a participação no Conselho de Administração e em diretorias da entidade (Organização Social), **o que não é o caso em questão.**

Ressalta-se ainda que, o dispositivo supra possui total relação com o previsto na Lei Federal nº 13.019/2014<sup>3</sup>, inclusive, cabe registrar que tal dispositivo foi incluído na Lei Estadual após a alteração da lei federal, logo, pode-se concluir que tal alteração se deu exatamente para que a lei estadual permanecesse alinhada com o que preconiza a lei federal.

De igual modo, o fato de existirem membros com relação de parentesco no quadro de dirigentes, não faz a Organização Social ser uma empresa familiar.

---

<sup>3</sup> “Art. 39 – (...)”

IV - Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;”

Deste modo, vislumbra-se que, a ASSOCIAÇÃO MATERVITA não trata de um órgão da Administração Direta e Indireta, mas sim de uma pessoa jurídica de direito privado e, considerando tal ponto, permite-se trazer a previsão do art. 5º, XVII e XVIII da CF/88, no qual dispõe que as organizações da sociedade civil possuem liberdade de associação e auto-organização, não podendo a Administração Pública interferir na sua gestão, devendo a fundamentação apresentada ser desconsiderada.

### **A.3) ENDEREÇO DA MATRIZ APRESENTADO CONSTA FECHADO, SEM MOVIMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÕES**

O Recorrente narra que: *“O endereço da matriz apresentado pela associação consta fechado sem movimentação e atualização”*, ocorre que, além da alegação tratar-se de fato inverídico, trata-se de injustificada, haja vista, não haver previsão legal para o referido apontamento no edital, e ainda que houvesse o endereço da matriz encontra-se plenamente regular.

Destaca-se que, o Chamamento Público tratou de prever todas os requisitos no EDITAL e dá análise do documento, não é possível verificar esse requisito em nenhum item, devendo, portanto, tal questionamento ser ignorado.

### **A.4) AUSÊNCIA DO RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL**

No que se refere à presente alegação, segue abaixo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital:

67

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped		Versão: 9.0.0			
<b>RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL</b>					
<b>IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO</b>					
NIRE	CNPJ 21.721.001/0001-03				
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO MATERVITA					
<b>IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO</b>					
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2021 a 31/12/2021				
NATUREZA DO LIVRO Escrituracao do livro diario	NÚMERO DO LIVRO 5				
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 1E.27.0D.84.EC.47.D7.DE.C8.85.95.C9.03.FA.CD.59.4F.61.C0.25					
<b>ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:</b>					
<b>QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>NOME</b>	<b>Nº SÉRIE DO CERTIFICADO</b>	<b>VALIDADE</b>	<b>RESPONSÁVEL LEGAL</b>
Administrador	70773041168	ANDREA NUNES BERNARDES:70773041168	783903419657835889 265198627921362585 09671400178	20/09/2021 a 20/09/2022	Sim
Contador	02522512102	RODRIGO ANTONIO LOBATO:02522512102	492658793313566147 5	23/09/2021 a 23/09/2022	Não
<b>NÚMERO DO RECIBO:</b> 1E.27.0D.84.EC.47.D7.DE.C8.85.95.C9 .03.FA.CD.59.4F.61.C0.25-7		Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 15/02/2022 às 19:26:56 E9.2D.0E.D4.1C.31.F1.7F B2.1C.FE.EE.15.A5.9A.2E			
<small>Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.</small>					

## A.5) LISTA DE ASSOCIADOS SEM REGISTRO EM CARTÓRIO:

Ato contínuo, o Recorrente alega que a Recorrida apresentou sua lista de associados desacompanhada do devido registro em cartório, descumprido o que prescreve a alínea “p” do item 5.3. do edital<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> 5.3. ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: deverá conter, em original ou cópia (observando-se o artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 13.726/18), os seguintes documentos, obedecida a seguinte ordem:

(...)

**p) Ata (s) de eleição do atual Conselho de Administração e lista de associados, ambos com o competente registro em cartório.**

O item 5.3. alínea “p” do edital, preleciona que:

5.3. ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: deverá conter, em original ou cópia (observando-se o artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 13.726/18), os seguintes documentos, obedecida a seguinte ordem: (...)

p) Ata (s) de eleição do atual Conselho de Administração e lista de associados, ambos com o competente registro em cartório.

Da análise do item colacionado acima e dos documentos anexados no ENVELOPE 01 (Fls. 93-105), verifica-se que, o Recorrente interpretou de forma equivocada os documentos apresentados, pois a Lista de Associados está inclusa nas Atas de Assembleias – registradas em cartório (Fls. 93-105), de modo que, a “LISTA DE ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO MATERVITA” é um documento para facilitar a compreensão dos associados.

Outrossim, inabilitar a concorrente em razão da ausência de registro na “lista de associados”, trata-se de excesso de formalismo.

Portanto, em relação ao referido apontamento verifica-se através das Fls. 93-105 do ENVELOPE 01, que a Recorrida apresentou os documentos em consonância com o edital.

#### **A.6) LISTA DE DIRIGENTES EM DESCONFORMIDADE COM A ATA.**

O Recorrente, aduz haver desconformidade da lista de dirigentes com as atas apresentadas, entretanto, o apontamento trata-se de informação inverídica com o intuito de induzir a comissão julgadora a erro, de modo que, o Recorrente sequer aponta precisamente qual a desconformidade existente, devendo, portanto, o questionamento ser indeferido.

#### **A.7) ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

O Recorrente confunde-se ao analisar a documentação apresentada e aponta a existência de um suposto erro na ATA “Reunião Extraordinária do conselho de administração”, isto, porque no ato da reunião constou a presença de alguns membros associados.

Em relação a participação de membros associados na “Reunião Extraordinária do Conselho de Administração”, não existe vedação legal que impeça a participação destes, então, não há que falar-se na existência de irregularidades.

## **B) INSTITUTO PATRIS:**

### **B.1) DA EXISTÊNCIA DE DÍVIDA NA FAZENDA PÚBLICA:**

A Recorrente afirma erroneamente não ser possível autenticar a certidão apresentada pela Recorrida (fls. 57). Entretanto, demonstrando a má-fé da Recorrente, segue confirmação da autenticação do documento ora, falaciosamente, dito como não autenticado:

<u>Confira abaixo as informações da certidão emitida:</u>	
Título da certidão	<b>CERTIDÃO NEGATIVA CPF/CNPJ</b>
Nº da Certidão	<b>91743237</b>
Finalidade	
Inscrição Cadastral	
Nome	
CPF/CNPJ	<b>21.721.001/0001-03</b>
<b>CERTIDÃO EMITIDA EM</b>	<b>06/06/2022</b>
<b>VALIDADE DA CERTIDÃO</b>	<b>30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DA EMISSÃO</b>

Ocorre que, no ato da entrega do ENVELOPE 01 a Recorrente apresentou certidão NEGATIVA DE DÉBITOS e, no dia 03/11/2022, emitiu nova certidão de regularidade fiscal, na qual **“NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER” com validade até 31/01/2023**. Vejamos:

03/11/2022 07:59

<https://www.goiania.go.gov.br/sistemas/socer/asp/socer00300w0.asp>PREFEITURA  
DE GOIÂNIASecretaria Municipal de Finanças**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL  
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA  
PESSOA JURÍDICA  
NÚMERO DA CERTIDÃO: 9.685.237-2**

Prazo de Validade: até 31/01/2023

CNPJ: 21.721.001/0001-03

**Certifica-se** que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal),

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal),

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 3 DE NOVEMBRO DE 2022

**ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.**

Urge salientar que, em relação a validade da certidão de regularidade fiscal, o artigo 162 do Código Tributário Municipal (Prefeitura de Goiânia) é assaz claro ao dispor que:

**Art. 162 – O prazo de validade e os requisitos a serem observados na emissão das certidões previstas nesta Lei Complementar e as demais que, no interesse da administração tributária, venham a ser instituídas, serão estabelecidos em regulamento.**

Destarte, razão não assiste a Recorrente, haja vista, a apresentação de certidão de regularidade fiscal válida pela Recorrida, assim, pugna-se pelo indeferimento do apontamento realizado.

## **B.2) DA LISTA DE ASSOCIADOS NÃO REGISTRADA EM CARTÓRIO:**

Em continuidade ao seu Recurso, a Recorrente alega que a Recorrida deverá ser inabilitada, isto porque, apesar de ter apresentado a lista de associados (Fls. 95), a referida lista não fora registrada em cartório.

Em relação ao registro, o Recorrente interpretou de forma equivocada os documentos apresentados, pois a Lista de Associados está inclusa nas Atas de Assembleias – registradas em cartório (Fls. 95-103), de modo que, a “LISTA DE ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO MATERVITA” é um documento para facilitar a compreensão dos associados.

## **IV - DOS PEDIDOS:**

Diante dos fatos e argumentos expostos acima, requer-se que as CONTRARRAZÕES apresentadas sejam **CONHECIDAS** e **PROVIDAS**, mantendo-se a habilitação da ASSOCIAÇÃO MATERVITA.

Goiânia, 30 de novembro de 2022.



**Thiago Pires Monteiro**  
**OAB/GO 49.373**